

Representatividade das pessoas com deficiência existe e tem força

Ex-secretário de São Caetano descobriu da pior maneira que discriminar pessoas com deficiência é crime e alegar 'desinformação' em tempos de conhecimento acessível no toque da tela torna o preconceito ainda mais vergonhoso. Além de perder o cargo, ele vai ter que responder ao Ministério Público. Em ano de eleições, ampliar a presença do povo com deficiência no legislativo é essencial. Episódio 238 (ÚLTIMO) da coluna Vencer Limites no Jornal Eldorado (Rádio Eldorado).

Por Luiz Alexandre Souza Ventura

A força silenciosa da maturidade

"Eu não posso obrigar um profissional e falar assim, você vai trabalhar lá com deficientes. Se falasse isso para mim eu estaria fora da Prefeitura", declarou o secretário de Esportes de São Caetano do Sul, Mauro Roberto Chekin.

Há representatividade presente e atuante da população com deficiência na política, no legislativo, no judiciário, nas redes sociais e entre pessoas com poder e possibilidade de movimentar as instituições. Está evidente que essa estrutura tem força para reagir, quando quer fazer isso, consegue combater e, talvez, punir ações e declarações capacitistas, com uso das leis e dos mecanismos que protegem os direitos das pessoas com deficiência.

O caso do, agora, ex-secretário municipal de Esporte, Lazer e Juventude de São Caetano do Sul (SP) mostra que declarações preconceituosas e discriminatórias não são mais relativizadas. E vai haver consequências.

"Nós temos um problema muito grande com autista e qualquer deficiente. Perdoem, mas eu não posso esconder as coisas. Veio uma mãe que quis uma inclusão com a filha dela na aula de natação. A menina usa a fralda. Como é que eu posso pôr a menina dentro da água de fralda? Eu não sei como é que eles fazem. Não temos condição. Com fralda. Então nós temos que orientar a mãe a comprar essa fralda de natação. Porque a menina não tinha. E essa mesma menina, quando começou a aula, começou o barulho, ela saiu correndo da piscina se encostou num canto e tapou os dois ouvidinhos porque ela não conseguia ver

isso. Hoje, com o problema da inclusão social, que eu acho importante acho, que tem que ser feita, mas nós temos que tomar muito cuidado com os esportes, principalmente. Eu não vou falar nem com os esportes, com as aulas de educação física em geral, porque não são todos os profissionais que são capacitados a fazer isso. Vou contar uma experiência minha. Quando fazia educação física, fazia parte do nosso currículo da faculdade que a gente tinha que trabalhar com deficientes e eram deficientes físicos, não deficientes de outra forma. Nós fomos um dia fazer uma aula e eu entrei na piscina, que era aula de natação, e saí da piscina, e falei 'se for para eu trabalhar desse jeito, não quero nunca mais voltar aqui. A minha condição psicológica é muito fraca para esse tipo de coisa. Eu fui convidado para ir para a Olimpíada junto com o CPB (Comitê Paralímpico Brasileiro). Eu falei 'não vou, eu não consigo'. Eles, inclusive, se tratam de maneiras muito afetiva, mas eu não consigo. Então, mediante disso, temos que ver quem é o profissional que quer trabalhar com isso. A inclusão é um dever do Estado, mas não é um dever meu, pessoa física. Eu não posso obrigar um profissional e falar assim, você vai trabalhar lá com deficientes. Se falasse isso para mim eu estaria fora da Prefeitura", declarou Mauro Chekin durante audiência pública em 29/4 na Câmara da cidade.

Mara Gabrilli (senadora, PSD/SP), Sâmia Bomfim (deputada federal, PSOL/SP), Andréa Werner (deputada estadual, PSB/SP) e Bruna Biondi (vereadora, PSOL/São Caetano do Sul). Montagem: blog Vencer Limites.

Mara Gabrilli (senadora, PSD/SP), Sâmia Bomfim (deputada federal, PSOL/SP), Andréa Werner (deputada estadual, PSB/SP) e Bruna Biondi (vereadora, PSOL/São Caetano do Sul). Montagem: blog Vencer Limites. Foto: Divulgação e Reprodução.

As reações ganharam força a partir do dia 5/5, quando vídeos com trechos da audiência foram multiplicados nas redes sociais e o caso despertou atenção da imprensa. Várias instituições manifestaram repúdio ao capacitismo do secretário, inclusive o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) e o Ministério do Esporte.

Quatro parlamentares que atuam na defesa da população com deficiência tomaram providências. A senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), a deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL/SP), a deputada estadual (SP) Andréa Werner (PSB) e a vereadora Bruna Biondi (PSOL) de São Caetano, que estava na audiência e rebateu as afirmações do secretário.

No dia 6/5, Andréa Werner enviou representação ao Ministério Público de São Paulo (MPSP), especificamente à promotoria de Direitos Humanos e Inclusão Social de São Caetano do Sul. No dia 8/5, o MPSP confirmou à equipe da deputada estadual que o promotor de São Caetano, Alessandro Augustus Alberti, instaurou inquérito (0674.0000345/2026).

"Me entristece muito, e eu falo sentada do lado do meu filho autista, que está fazendo seus barulhinhos, e eu também diagnosticada com autismo, de uma tristeza profunda, ver como que gestores públicos estão ficando cada vez mais à vontade para externar falas capacitistas desse tipo. Ano passado a gente já teve uma questão parecida com o secretário da Educação de Barueri, que acabou sendo exonerado, e agora a gente tem uma postura similar do secretário dos esportes de São Caetano, que foi colocado nessa posição para atender toda a população, não só pessoas sem deficiência. Se não existe capacitação, é por falta de vontade política. Como secretário, ele precisa providenciar a capacitação desses profissionais e mudar também, principalmente, o que a gente chama de barreira atitudinal. O próprio secretário precisa entender que pessoas com deficiência também podem estar nos esportes, se as adaptações necessárias forem feitas e se a gente romper primeiramente essa barreira, que é a pior barreira, a atitudinal", afirma a Andréa Werner.

No dia 7/5, a senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), única representante da população com deficiência no Congresso Nacional, enviou também ao MPSP, para o Grupo Especial de Combate aos Crimes Raciais e de Intolerância (GECRADI), na capital paulista, um pedido de providências em caráter de urgência, o que gerou um Ficha de Atendimento (FA nº 1618.0000123/2026) e encaminhamento para a comarca de São Caetano.

No mesmo dia, Mara Gabrilli também apresentou uma moção de repúdio no Senado e encaminhou ofício ao prefeito de São Caetano do Sul, Tite Campanella (Republicanos), cobrando providências.

"Quando uma autoridade pública trata pessoas com deficiência como um 'problema', ela reforça preconceitos, legitima exclusões e viola direitos garantidos pela Constituição, pela Lei Brasileira de Inclusão e pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ou seja, ela está cometendo um crime. Diante desse absurdo todo provocado pelo agora ex-secretário, algo muito importante aconteceu, a nossa militância mostrou sua força. Pessoas com deficiência, mães atípicas, famílias, ativistas, aliados, se organizaram, se reuniram, ocuparam os espaços e exigiram respeito, retratação e a exoneração de Mauro Chekin. E essa mobilização foi fundamental, porque direitos não se sustentam no

silêncio. Eu sigo acompanhando os desdobramentos desse caso, é urgente a responsabilização. Tem que ficar claro, não só para os gestores públicos, mas para toda a sociedade: nós não vamos tolerar retrocessos e toda vez que o capacitismo aparecer, nós vamos responsabilizar com mobilização e luta por respeito. Não custa lembrar que o esporte precisa ser um espaço de acolhimento e oportunidade. E a gente está falando de uma política pública tão importante quanto a educação. É no esporte onde as crianças encontram seu poder de superação, de pertencimento, de trabalho em equipe. Nenhuma criança com deficiência pode ouvir que ela não pertence a determinado lugar. A inclusão só acontece onde há tolerância e respeito às diferenças", diz Mara Gabrielli.

Também em 7/5, Sâmia Bomfim e Bruna Biondi compartilharam publicação conjunta nas redes sociais anunciando que haviam denunciado o secretário ao MPSP e comemorando a abertura de inquérito.

Em 8/5, Mauro Chekin deixou o cargo. "Em razão dos fatos ocorridos na audiência pública na Câmara Municipal, da Secretaria de Esportes, Lazer e Juventude da Prefeitura de São Caetano do Sul, peço exoneração do cargo, reconhecendo o erro de abordagem do tema inclusão no esporte, pedindo sinceras desculpas pelo ocorrido. Reafirmo meu compromisso como professor de Educação Física de carreira da municipalidade e vou procurar aperfeiçoamento profissional relacionado à inclusão. Agradeço ao prefeito Tite Campanella pela oportunidade, reforçando que sigo e seguirei trabalhando pelo esporte, como fiz em toda minha carreira", declarou o ex-secretário em nota divulgada pela assessoria de imprensa da Prefeitura de São Caetano.

O caso reforça a necessidade da representatividade do povo com deficiência em todas as esferas do poder público (federal, estadual e municipal) e, em ano de eleições, deve servir de alerta para a candidatura de pessoas com deficiência (e sem deficiência) que realmente entendem a importância dessa temática em todos os setores.

<https://www.estadao.com.br/brasil/vencer-limites/representatividade-das-pessoas-com-deficiencia-existe-e-tem-forca/>

Veículo: Online -> Portal -> Portal Estadão

Seção: Notícia